

“Mães pretas, não casadas, registrando seus filhos naturais”: As relações familiares na Freguesia de São Thiago do Iguape, no Recôncavo da Bahia. (1888-1910)

Ana Paula Batista da Silva Cruz¹.

Caminhos para operacionalizar a categoria analítica de gênero: desafios e perspectivas.

Ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são algo mais do que uma categoria biológica; elas existem socialmente e compreendem pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades; suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder. (TILLY, 1994, p.31)

Apreender a história das mulheres durante muito tempo foi um tema dispensando pelos historiadores, uma das justificativas utilizadas era a falta de fontes para estudá-las, em especial, se tratando de encontrar as mulheres nas esferas públicas. Dessa forma, a influência do movimento feminista, que ganhou força nos Estados Unidos na década de 1960, contribuiu para o desenvolvimento desse campo de estudo, suas pautas e reivindicações, despertando interesses dos estudantes e demandas por pesquisas onde a mulher fosse vista como sujeito da história.

¹ Estudante do curso de Doutorado em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: apbscunica@yahoo.com.br

Ao apontar como as feministas começaram a usar o conceito de gênero, Scott enfatizou a importância das suas contribuições para ampliação dos limites da disciplina História

Mas recentemente- demais para que possa encontrar seu caminho nos dicionários ou na enciclopédia das ciências sociais- as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos. (SCOTT, 1995, p. 2)

A palavra gênero era utilizada como uma forma de rejeição ao determinismo biológico. Fazer questionamentos as características biológicas, permitia desnaturalizar certas questões dadas como prontas, as feministas ao compreender gênero como uma organização social entre os sexos, estavam buscando desarmar o discurso científico e trata-lo como socialmente produzido.

Esses estudos tinham um viés militante, voltados a questionar a relação de poder homem versus mulher, problematizando a noção de feminilidade, discutindo questões sobre sexualidade, trabalho e família - “ Um aspecto da história das mulheres que a distingue particularmente das outras é o fato de ter sido uma história ligada a um movimento social: por um longo período, ela foi escrita a partir de convicções feministas. ” (TILLY, 1994, p.31) Dessa forma, começaram a surgir nas universidades francesas na década de 1970, cursos, colóquios e grupos de reflexão sobre a referida temática.

Como resultado dessa pressão criaram nas Universidades francesas, a partir de 1973, cursos colóquios e grupos de reflexão, surgindo um boletim de expressão focalizando o novo objeto: Penélope. Cahiers pour l’histoire des femmes. Multiplicaram-se as pesquisas, tornando-se a história das mulheres, dessa forma, um campo relativamente reconhecido em nível institucional. Na Inglaterra, reuniram-se os historiadores das mulheres em torno da History Workshop e nos Estados Unidos, desenvolveram-se os Women’s studies, surgindo as revistas Signs e Feminist Studies. Tais estudos estenderam-se ainda nos anos 70, a outras partes da Europa e do mundo incluindo o Brasil. Esse reconhecimento, no entanto, ainda é frágil, não se podendo afirmar que as relações entre os sexos sejam vistas como uma questão fundamental da história. (SOIHET, 1997, p. 401)

Soihet, ao fazer um balanço sobre a história das mulheres, chamou atenção para uma questão bastante pertinente, a necessidade desse campo historiográfico se impor. A historiadora Louise Tilly, preocupando-se com essa mesma questão, começa seu ensaio: *Gênero, História das Mulheres e História Social*, citando o comentário de um historiador da Revolução Francesa, que foi feito após apresentação sobre os escritos de Olympe de Gouges e de sua recepção durante a Revolução Francesa– “ Agora que eu já sei que as mulheres participaram da Revolução, que diferença isso faz?”

Esse comentário nos ajuda a refletir sobre a fragilidade ressaltada por Soihet, mais ainda, permite compreender que não se trata somente de incluir as mulheres nos estudos históricos, mas sobretudo, de um movimento que busca transformar a perspectiva e construção da produção historiográfica.

Scott, refletiu sobre a necessidade de superar as explicações causais e universais que tendem a generalizações, pois essas prejudicam o sentido social da proposta da história como disciplina que busca a mudança. Ao colocar a história das mulheres como um campo separado da dos homens, tendo somente as feministas como responsáveis pela produção desses estudos, corre-se o risco da hierarquização dos campos de saberes dentro da própria disciplina histórica.

Não foi suficiente para os (as) historiadores (as) das mulheres provar ou que as mulheres tiveram uma história ou que as mulheres participaram das mudanças políticas principais da civilização ocidental. No que diz respeito a história das mulheres, a reação da maioria dos (as) historiadores (as) não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres para depois descartá-la ou colocá-la em um domínio separado. (SCOTT, 1995, p.5)

Tanto Scott quanto Tilly, consideram que é preciso operacionalizar analiticamente a categoria de gênero, para que a história das mulheres se imponha e deixe de ter caráter marginal quando comparado ao conjunto de disciplinas. Segundo as historiadoras esse caráter marginal, pode ser medido pelos manuais, programas universitários e monografias sobre o tema. Ao compreender gênero como uma categoria útil de análise, elas entendem que é possível escrever uma história das mulheres vinculando seus problemas a outros campos historiográficos.

Essa análise do conceito de gênero o compreende como relacional, enquanto estruturante das relações de poder na vida social, é uma alternativa para fugir do mito das esferas separadas. No entanto, Scott e Tilly apresentam caminhos teórico-metodológicos diferentes para operacionalizar gênero analiticamente.

Scott, considerou que grande parte da produção historiográfica sobre as mulheres não procurou discutir os conceitos dominantes da disciplina, propondo uma abordagem descritiva e não analítica. Ao evidenciar gênero como uma categoria politicamente útil, em especial, para as feministas, a historiadora propõe que essa abordagem seja feita de uma forma mais literal e filosófica, utilizando métodos da desconstrução² e da linguagem.

Alguns (mas) historiadores (as) estavam, naturalmente, conscientes desse problema; daí os esforços para empregar teorias que possam explicar o conceito de gênero e explicar a mudança histórica. De fato, o desafio é a reconciliação de teorias, que era concebida em termos gerais ou universais, com a história que estava tratando de estudo de contextos específicos e da mudança fundamental. O resultado foi eclético; empréstimos parciais que enviesam a força de análise de uma teoria particular, ou pior que empregam os seus preceitos sem ter consciência das suas implicações; ou então tentativas para esclarecer a mudança, porque elas se embasam nas teorias universais e só conseguem mostrar temas imutáveis. (SCOTT, 1995, p.8)

A historiadora considera que é preciso questionar essas teorias, que só esse exercício permite a articulação de uma abordagem teórica mais sólida. Para tanto, apresentou três eixos que vem sendo utilizados pelos historiadores (as) para refletir sobre identidade de gênero. No primeiro momento as feministas fizeram um esforço de explicar as origens do patriarcado. A segunda corrente teórica tinha um viés marxista, e a terceira dividia-se entre o pós-estruturalismo e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, com enfoque na psicanálise.

Para Scott, a teoria do patriarcado que questionava a desigualdade entre homens e mulheres, não explica o que essas disparidades de gênero têm a ver com as outras

² Alguns dos *maitres à penser* dessas correntes, Jaques Derrida, Julia Kristeva, Héline Cixous e em menor grau Luce Irigaray, são indubitavelmente francesa e têm, no domínio da crítica literária e dos estudos da linguagem, uma empresa bem característica (mas não exclusiva). Ver: (VARIKAS, 1994, p.9).

desigualdades. Referente aos debates marxistas a crítica feita pela historiadora é que o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas, logo o mesmo não tem sido o seu próprio estatuto de análise. A terceira corrente teórica preocupa-se com os processos de criação da identidade dos sujeitos, a primeira centra suas análises na linguagem, na comunicação e representação de gênero, a outra enfatiza a influência na experiência concreta.

De acordo com o balanço feito por Scott, muitas historiadoras feministas estão sendo atraídas pela terceira corrente teórica. A crítica feita pelos pós-estruturalistas as ciências humanas, em especial ao empiricismo, abriu espaço para as feministas formular suas próprias teorias e Scott considera que esse é o lócus para articular gênero como uma categoria de análise.

Ao propor uma análise crítica do conceito de gênero, ela sugere que é preciso superar as narrativas dos “feitos” realizados pelas mulheres ao longo da história, e passar a contestar a permanência das oposições binárias entre homens e mulheres, ressaltando como essa oposição contribuiu para definição das organizações sociais. Gênero, dessa forma está centrado nas relações de poder.

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. (SCOTT, 1995, p. 21)

Ao constatar que esse antagonismo é latente, Scott se mostrou cética, quando as contribuições metodológicas da História para ajudar a solucionar esse problema. O método da desconstrução é sugerido pela historiadora, como caminho para ultrapassar a simples descrição e contestar os paradigmas da História, enfocando nas relações de poder que perpassam a linguagem.

Scott, classificou a História como uma disciplina fundamentalista, pois não procura problematizar seus fundamentos. Isto posto, ao questionar o conceito de

experiência, bastante utilizado no campo da história social³, a historiadora buscou realizar o exercício de interpelar categorias dominantes da historiografia.

Contestou a autoridade da experiência, buscando compreender a sua estruturação através da linguagem. “A experiência de acordo essa definição, torna-se não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (por que vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento” (SCOTT, 1999, p. 5). Para Scott, a investigação não pode separar a experiência da linguagem, e atribuir o conceito ao discurso é negar seu caráter “auto-evidente” e só assim é possível historicizá-lo.

No início do presente artigo, destaquei que tanto Scott quanto Tilly, reconheceram a importância de operacionalizar gênero como uma categoria analítica, no entanto, as duas apresentaram caminhos teóricos-metodológicos distintos. Tilly apresentou-se um pouco menos cética em relação a utilização dos métodos da História, entendendo que uma análise embasada na história social pode contribuir para compreender a ligação entre gênero, experiência das mulheres no passado e história em geral, destacando seriamente o ator e a agência desses sujeitos.

Louise Tilly, mostrou-se inquieta com o caminho teórico-metodológico indicado por Scott, ao notar que ele preocupa-se pouco com o tempo e o contexto, questionou se esse caminho não arrisca negligenciar o ator, e se não é uma forma de determinismo linguístico. Tilly, destacou que o método proposto por Scott- “ Coloca em questão as relações de poder, a existência de um mundo real e a possibilidade de descrevê-lo e explica-lo, correndo risco de uma concepção funcionalista e tautológica da causalidade”. (TILLY, 1994, p. 50)

Destarte, Louise Tilly, reafirma que a história social (uma história social que respeita a iniciativa humana) dá conta de operacionalizar gênero analiticamente, apresentando problemas, descrevendo alisando e explicando os dados disponíveis, abordando novas

³ É importante ressaltar que, mesmo apresentando algumas objeções ao campo da história social, durante muito tempo Joan Scott foi representante desse campo de estudo. A intelectual acusa a história social de ser insensível a questão de gênero. Ver: (VARIKAS, 1994, p.74)

fontes, como biografias e testemunhos pessoais, sobretudo, apresentando a agência dessas mulheres.

O debate entre Scott e Tilly é bastante frutífero para o campo da história das mulheres, sobretudo, ao apontar a necessidade de lançar um olhar analítico sobre a categoria de gênero, e como essas contribuições ajudam a ultrapassar abordagens puramente descritiva em função de outras que se preocupam com a resolução de problemas históricos.

Varikas no seu artigo- *Gênero, Experiência e Subjetividade: a propósito do desacordo Tilly e Scott*, também considerou que o debate entre as historiadoras está no centro das preocupações da história das mulheres. No que tange, aos caminhos teórico-metodológicos apontados no referido debate, Varikas assim como Louise Tilly se inquietou “quanto ao potencial liberador de epistemologias situadas no âmbito do pós-estruturalismo,” (VARIKAS, 1994, p. 66)

A sua inquietude está diretamente associada a percepção de que se propõe como inovador, algo que não é tão novo assim, uma vez que, estudos realizados pelos historiadores das mulheres, no campo da história social, sempre tiveram uma preocupação em questionar definições congeladas do masculino e do feminino. A crítica feita a esse campo, ancora-se na afirmação de que o mesmo conceitualizava o sujeito da história como masculino ou neutro.

No entanto, Varikas, citou trabalhos como o de Barbara Taylor, Catherine Hall, Leonore Davidoff, que influenciados pela tradição thompsoniana, preocuparam-se com as diferenças entre homens e mulheres na construção da consciência de classe. Lançando olhar para seus objetivos de pesquisas a partir da perspectiva de gênero, classe e política. Trabalhos como esses preocuparam-se com modalidades pelas quais os homens e as mulheres atribuíram sentido a sua existência e essa relação se estabelece no domínio da atividade humana que se expressam e se transformam na linguagem.

Varikas também corrobora com Tilly, referente ao caráter impessoal das forças discursivas e como isso pode retirar o sujeito e suas agências do processo de análise histórica. Bem como, não transforma o caráter descritivo de gênero.

Essas observações não questionam a sutileza e a originalidade da análise de Scott, nem sua demonstração do lugar central do gênero na construção da identidade operária. Elas visam somente sugerir os limites de uma interrogação que privilegia a textualidade e a dinâmica interna do discurso. (VARIKAS, 1994, p.80)

As críticas levantadas por Scott, são pertinentes, em especial quando se refere aos usos da categoria de experiência, como auto-evidente. No entanto, é preciso ter cuidado para não “verter o bebê junto com a água do banho.

Volto a reafirmar que o debate entre Scott e Tilly, é fundamental para a construção do conhecimento histórico, a partir da ótica de gênero e concordo com Varikas que este dialogo está para além da divisão entre história social e pós-estruturalismo e que ultrapassa a tentativa da história das mulheres de encontrar sua “pátria”, teorias e métodos próprios. Considero que a grandeza do debate está na possibilidade do “fazer-se”, que se apresenta para este campo de estudo.

As famílias negras e mestiças da Freguesia do Iguape sob a ótica analítica de gênero.

A primeira parte do artigo foi reservada para apresentar alguns caminhos teórico-metodológicos que ajudam a operacionalizar a categoria de gênero. No segundo momento, abordarei como esses caminhos contribuíram para construção de problemas referente ao meu objeto de estudo, que se preocupa em refletir acerca do pós-abolição como um campo importante para análise das experiências de populações negras e mestiças e suas trajetórias de vida no Recôncavo da Bahia, entre os anos de 1888-1930.

Minha intenção é investigar os sujeitos egressos do cativo, nas suas táticas de legitimação das relações familiares, de trabalho e acesso à terra, enquanto formas de se inserir na sociedade republicana, lutando por cidadania, ampliação e estabilização de

direitos. A Freguesia de São Thiago do Iguape, pertencente ao termo da comarca de Cachoeira, que é o meu lócus de análise, durante o período escravocrata estava entre as regiões com maior concentração de engenho de açúcar do Recôncavo da Bahia, como destacou Barickman, na localidade funcionavam 21 engenhos moentes e correntes. (BARICKMAN, 2003, p. 87)

Fraga Filho⁴ em investigação sobre os egressos da escravidão, seus itinerários e os significados de liberdade que construíram no Recôncavo baiano, indicou que os antigos engenhos se tornaram espaço para formação de comunidades negras, nas quais os vínculos comunitários e familiares forjados no período do cativo constituíram-se como importantes fatores de fixação nas localidades.

A partir das premissas lançadas por Fraga Filho, considero importante investigar as comunidades que se formaram no território da antiga Freguesia de São Thiago do Iguape, enquanto espaço historicamente ocupados por populações negras e mestiças descendentes do cativo, que de diferentes modos, acumularam experiências históricas com os sujeitos com quem mantiveram relações sociais: antigos senhores e demais setores da população livre, ressignificando os diferentes usos dos espaços territoriais na região e reforçando os sentidos atribuídos a família negra⁵.

O meu trabalho se insere no campo da história social da abolição e pós-emancipação, destaco que, na construção do projeto de pesquisa ao abordar a necessidade de apreender as várias faces e formações de famílias na Freguesia do Iguape, tive um olhar sensível para questões que o debate sobre a categoria de gênero aponta, no entanto, as leituras referentes as questões de gênero, contribuíram de forma substancial, não só para formar hipóteses como para revisão do meu aporte teórico-metodológico.

⁴ Ver: FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

⁵ Cabe destacar que a antiga Freguesia do Iguape, hoje é denominada de Vale do Iguape, sendo este composto por 16 comunidades quilombolas. A maioria dos antigos engenhos da região dão nome a essas comunidades, as famílias pertencentes a esses territórios estão em processo de titulação dos mesmos.

A reflexão de que gênero não é um tema de pesquisa, mas sim uma forma de abordar questões, o olhar que você lança sobre o seu objeto de estudo, foi fundamental para que eu pudesse integrar as dimensões de raça, classe e gênero na perspectiva história com o intuito de desenvolver as pesquisas sobre a luta por direitos e cidadania de forma mais ampla e inclusiva.

Intenciono cruzar diferentes tipologias de fontes, na tentativa de rastrear grupos familiares ao longo do tempo, recuperando informações sobre localidades em que nasceram e residiram, nomes de propriedades que trabalharam, função que desenvolveram, nomes e sobrenomes de pais, avós e padrinhos, a fim de montar as redes sociais que envolviam os egressos da escravidão na Freguesia de São Thiago do Iguape.

No momento, os registros civis de nascimentos, é o grupo de fontes em caráter mais avançado de investigação, dito isto, os problemas inicialmente formulados estão ancorados nessas análises. Até o momento estou investigando os registros civis de nascimento do período imediato a abolição legal da escravidão, devido a quantidade de registros estou fazendo por amostragem de cinco em cinco anos- 1889, 1904, 1909- esses registros pouco mudam ao longo do tempo, o que possibilita perceber o uso de quase todas as categorias⁶.

A categoria de ilegitimidade é interessante também para pensar conflitos entre o Estado e a Igreja Católica, no advento da República, tendo em vista, o debate do que deveria se constituir enquanto modelo de família, fundamentada no casamento. Seja amparado no discurso da moral cristã ou no discurso higienista. Também pode ser reveladora de uniões consensuais, esporádicas, não sintonizadas com esses discursos. O fato de para o período nenhuma criança ilegítima ter sido declarada como branca, merece atenção, bem como, o número de crianças pardas, a intenção é refletir a partir

⁶ Estou organizando as tabelas com os dados, apresentarei em outra oportunidade, nesse momento trabalharei com questões mais gerais. Apontando caminhos metodológicos de análises dessa fonte.

desses dados e das leituras que inter cruzam gênero e raça sobre casamento de mulheres pretas e quais eram seus pares.⁷

O número de filhos naturais foi superior as outras categorias, dentre os registros pesquisados. É válido destacar que dentre essas crianças, em sua maioria, foram declaradas por suas mães, pretas e “solteiras”, nesses registros aparecem de forma recorrente a figura da avó materna, também preta e “solteira”. Dessa forma, busco compreender qual o lugar da mulher preta e de seus pares na formação de famílias no pós-abolição no ambiente fundamentalmente rural?

Ao compreender gênero, enquanto relacional questiono o termo solteira, encontrado na fonte, no sentido de apreender até que ponto o mesmo permite afirmar a inexistência de companheiros nas vidas dessas mulheres? Na busca por recuperar experiências sexo-afetivas consensuais, não reconhecidas pela igreja e\ou Estado, estarei atenta para as discussões sobre o sentido de masculinidade na construção de famílias negras? Buscando compreender práticas de lares matrifocais, mulheres chefes de famílias, mas também o concubinato e a itinerância masculina, na formação deles lares.

As várias faces e formações das famílias negras e mestiças da Freguesia do Iguape, permite questionar qual a perspectiva de moralidade em ser mãe e não ser casada no espaço rural na sociedade de pós-abolição? Qual modelo de família é considerado como digno? Por quais mecanismos se deu a dignificação desse modelo? Qual o modelo de feminilidade? Como as mulheres chefiando suas famílias põe em questão esse modelo?

Os registros civis de nascimento, também dão conta de catalogar as ocupações dessas mulheres, pude constatar uma grande quantidade de mulheres agrícolas, essa ocupação entre as mães pretas que procuraram a justiça para registrar seus filhos, foi superior a quantidade de domésticas⁸. Acredito que este fato acontece, pois estou

⁷ VER: CAULFIELD, Suzann. **Em defesa da honra- Moralidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)** Campinas- SP. Editora: Unicamp, 2000.

⁸ É importante demarcar o trabalho doméstico, principalmente para refletir junto com as discussões capitalistas do que pode ser categorizado como trabalho produtivo e o que não é. A fim de desmistificar a ideia de que os trabalhos nas relações familiares não são produtivos.

estudando mulheres que tiveram experiências com o passado escravista e no pós-abolição permaneceram trabalhando nos espaços territoriais dos antigos engenhos de açúcar da região.

Os estudos de Dorothy Thompson e Catherine Hall, que abordam a presença das mulheres no mundo do trabalho, me ajuda a dialogar com as discussões propostas pelo movimento feminista da década de 1970, concernente as lutas por oportunidades igualitárias de trabalho para as mulheres. A pergunta que essa literatura me ajuda a formular é- Quais mulheres? Uma vez que os trabalhos que se localizam na fronteira temporal entre escravidão e liberdade, demonstram que essas mulheres sempre estiveram incluídas no mundo do trabalho.

Essa análise deve ser feita abordando gênero, classe e raça, Thompson e Hall travaram um debate tentando responder ao movimento feminista, de que essas demandas, por inclusão no mundo do trabalho, estavam muito mais ligadas a questão da classe média. A partir dessas discussões, busco compreender- em qual medida os discursos republicanos higienistas influenciaram no que era aceito como modelo de masculinidade e feminilidade na classe trabalhadora, numa sociedade de pós-abolição marcada pelas tensões de lidar com o fim da escravidão? Será que essas mulheres, pretas e agrícolas representavam um problema social, aos ideais burgueses de sociedade?

Quando escrevo, *as famílias negras e mestiças da freguesia do Iguape, sob a ótica analítica de gênero*, é uma forma de evidenciar como as discussões sobre gênero, me ajudaram a propor questões para o meu objeto de estudo, numa perspectiva mais ampla e inclusiva. A pesquisa em caráter inicial, terá um novo caminho a ser percorrido e certamente com um olhar muito mais sensível as categorias de gênero, classe e raça.

Referência Bibliográfica Citada.

BARICKMAN, B. J. **E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835.** Afro-Ásia, n° 29-30. Universidade Federal da Bahia. 2003

CAULFIELD, Suzann. **Em defesa da honra- Moralidade e Nação no Rio de Janeiro (1918-1940)** Campinas- SP. Editora: Unicamp, 2000.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910).** São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

HALL, Catherine. **La historia de Samuel e Jemima: gênero y cultura de la classe trabajadora en la Inglaterra del siglo XIX.** Revista Mora: B. Aires, vol. 19, n° 2, jul\dez. 2013.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)** São Paulo. Editora: Unicamp, 2013.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade.** Porto Alegre, vol. 20 n° 2, jul\dez, 1995.

SCOTT, Joan W. “Experiência.” *In*: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira (Org.) **Falas de Gênero: teorias, análises, leituras.** Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

SOIHET, Rachel. “ História das mulheres”. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. (Org.) **Os domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

THOMPSON, Dorothy, **Las mujeres y la radicalidade política em el siglo XIX: uma dimensión ignorada.** Revista Mora: B. Aires, vol. 19, n° 2, jul\dez. 2013.

TILLY, Louise A. **Gênero, história das mulheres e história social.** Cadernos Pagu: desacordos, desamores e diferenças n° 3, 1994.

VARIKAS, Eleni. **Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly\Scott.** Cadernos Pagu: desacordos, desamores e diferenças n° 3, 1994.

